

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 21453/23
Fls: 2**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: aa1e0442-29e7-41ed-b3f5-8eb1838dbcdf

Protocolo: Processo Requerimento Nº 021453/2023

Data: 11/08/2023 14:45:14

Origem: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 11/08/2023 14:45:42	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

OUTORGANTE:

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., estabelecida na Rua Calçada Canopo, n.º 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio, Bairro de Alphaville, na cidade de Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06502-160, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.340.639/0001-30, inscrição estadual sob o n.º 623.051.405.115 e inscrição municipal sob o n.º 72270; e suas filiais, neste ato representada pelo seu sócio proprietário, o Sr. **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 20.907.947-2 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 186.425.208-17.

OUTORGADOS:

RENATO LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 406.595-B e no CPF/MF sob o n.º 289.028.248-10, **MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 395.031 e no CPF/MF sob o n.º 418.091.798-07, **ROBERTO DOMINGUES ALVES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 453.639 e no CPF/MF sob o n.º 386.276.858-94, **RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n.º 442.216 e no CPF/MF sob o n.º 144.232.187-39, **VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 450.936 e no CPF/MF sob o n.º 447.970.818-99, **RENNER SILVA MULIA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 471.087 e no CPF/MF sob o n.º 094.189.326-01, **YAN ELIAS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 478.626 e no CPF/MF sob o n.º 352.379.998-83, **RODOLFO ARAÚJO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o n.º 453.640 e no CPF/MF sob o n.º 447.598.778-43, **OTHON WEBER BARAGÃO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o n.º 484.365 e no CPF/MF sob o n.º 446.476.848-22, **JOÃO PAULO CORRÊA CARVALHO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/MG sob o n.º 219.384 e no CPF/MF sob o n.º 132.539.116-67 e **EMANUELLE FRASSON DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o n.º 480.843 e no CPF/MF sob o n.º 470.329.788-43, todos estabelecidos na Rua Açu, n.º 47, Loteamento Alphaville Empresarial, Campinas/SP - CEP: 13.098-335.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração e na melhor forma de direito, a Outorgante confere aos Outorgados, amplos poderes para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusulas "ad judicium et extra", podendo agir em qualquer esfera, juízo, instância ou tribunal, para propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para praticar todos os atos processuais, exceto o de receber citação, sendo-lhe permitido confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromissos e/ou acordos, agir em conjunto ou separadamente, e podendo ainda, substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Santana de Parnaíba/SP, 05 de abril de 2023

PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
João Marcio Oliveira Ferreira – Sócio Proprietário
RG n.º 20.907.947-2 – CPF/MF n.º 186.425.208-17

1º TABELIÃO DE NOTAS DE CAMPINAS
Av. Dr. Jessé Marques Machado, nº 169 - Nova Campinas
Campinas - SP - Cep: 13092-108 - Fone: (19) 3737-3737

Reconheço a semelhança da firma com valor econômico de JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA (Ficha 921545)

Dou fe Em testemunho da verdade Custas R\$ 12,42
Campinas-SP 11/04/2023

Pamela Manssa Deodato Andreotti - Escrevente
Valido com o(s) selo(s):

111104
PRIME
VALOR ECON. R\$ 12,42
C10195AB0137504
Pamela Manssa Deodato Andreotti



JUCESP PROTOCOLO
2.336.397/19-5

21453 123

Fls. 4

247



INSTRUMENTO PARTICULAR _ ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

NIRE 35224557865

CNPJ/MF 05.340.639/0001-30

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

RODRIGO MANTOVANI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 25.03.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.103.621 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 159.882.778-29, residente e domiciliado na cidade de Campinas/SP, sito à Rua João Lopes Vieira, nº 81 – Ap. 44 - Res Vila Bella Dom Pedro - CEP 13.087-734; e

JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Brodosqui/SP, nascido em 19.06.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.907.947-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 186.425.208-17, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Abelias, nº 1414, Condomínio Alphaville Dom Pedro, CEP 13097-173,

Na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade empresária de responsabilidade limitada **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, estabelecida na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 3, Bairro Alphaville - Centro Apoio II, CEP 06.541-078, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35224557865, em sessão de 10.08.2010 ("Sociedade"), têm entre si, justo e contratado, alterar e consolidar o Contrato Social que se regerá de acordo com os seguintes termos e condições:

ALTERAÇÕES - Os sócios decidem, por unanimidade efetuar, aumento do capital social, na seguinte composição;

Como resultado da deliberação acima a cláusula 4ª passa a vigorar com a seguinte redação

Alteração Contratual da sociedade **PRIME ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

BT - 983342v4

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-1
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53879-SIEU;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Proveniente nº 1100/2020 CNJ - autenticado

RECEBUEMUS
RECEBUEMUS

Parágrafo Quarto: Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e (iv) não compõem o ativo da Sociedade, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Por fim, informam os sócios que todas as demais Cláusulas do Contrato Social, que não foram objeto de alteração no presente instrumento, permanecem inalteradas quanto ao seu conteúdo. Decidem, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade.

**“CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
“CONSOLIDAÇÃO”**

Cláusula 1ª – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

A Sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.** e terá sua sede social na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 3, Bairro Alphaville – Centro Apoio II, CEP 06.541-078.

- **Filial 01** – Rua Açú, nº 47, Térreo e 1º Pavimento - Sala A, Loteamento Alphaville Campinas, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13098-335, inscrita no CNPJ/MF 05.340.639/0002-10, sob o NIRE 35904344818, com número de arquivamento doc. 295.594/14-7, em sessão de 05/09/2014.

Cláusula 2ª – A Sociedade poderá abrir e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios mediante alteração contratual ou associar-se a outras sociedades.

Cláusula 3ª – DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE

A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-3
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53881-EOEW;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - art. 22.

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

- a. Assessoria e Consultoria em gestão empresarial – CNAE 70.20/4-00;
- b. Emissão de vale refeição, vale alimentação, vale transporte e vale combustível – CNAE 82.99/7-02;
- c. Comércio Varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores – CNAE 45.30/7-03;
- d. Intermediação comercial na venda de combustíveis, produtos alimentícios, móveis e equipamentos eletrônicos – CNAE 46.19/2-00;
- e. Incorporação de empreendimentos imobiliários – CNAE 41.10/7-00;
- f. Participação em outras sociedades empresariais – CNAE 64.63/8-00;
- g. Comércio Varejista de equipamentos e suprimentos de informática – CNAE 47.51/2-01;
- h. Aluguel de máquinas e equipamentos de escritório – CNAE 77.33/1-00;
- i. Prestação de Serviços de intermediação e Agenciamento de Serviços Negócios em Geral – CNAE 7490/1-04;
- j. Gerenciamento de frotas e gerenciamento de abastecimento de veículos automotores – CNAE 82.99/7-99;
- k. Serviço de cessão de direito de uso de software customizável – CNAE 62.02/3-00.
- l. Arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; e (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito, débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros – CNAE 62.04-0/00.

Parágrafo Único: A Sociedade explora atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária nos termos do artigo 966 caput e parágrafo único e artigo 982 do Código Civil.

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
BT - 983342v4

[Assinatura]
4

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278083646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278083646-4
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53882-EHXG;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representados por 10.000.000 (dez milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- c) **RODRIGO MANTOVANI** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- d) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Primeiro: De acordo com o art. 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: As quotas sociais, referente ao aumento de capital no valor de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais, com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

PARTICIPAÇÃO	
50%	
50%	

na suas quotas de

o art. 12 da Lei

ciedade; (4) não

5

Parágrafo Terceiro: Fica vedado aos sócios caucionar ou comprometer de qualquer forma suas quotas de capital, parcial ou integralmente.

Parágrafo Quarto: Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não,

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4



Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-5
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53883-TXPW;



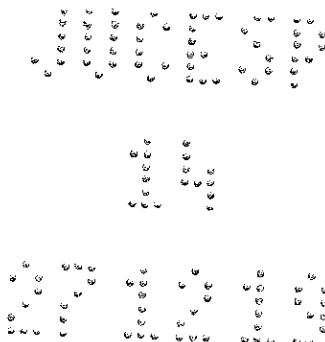
ENJ: 06,870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro do Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

T-IPB





respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e (iv) não compõem o ativo da Sociedade, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Cláusula 5ª – DO PRAZO

A Sociedade tem sua duração por tempo indeterminado, considerando-se o seu início em 03 de julho de 2002.

Cláusula 6ª – DA ADMINISTRAÇÃO, GERÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será administrada pelos sócios (i) **RODRIGO MANTOVANI**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 25.03.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.103.621 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 159.882.778-29, residente e domiciliado na cidade de Jaguariúna / SP, sito à Rua Oito, nº 1815 – Cond. Fazenda Duas Marias, CEP 13.916-432, que será investido do cargo de “Diretor A”; e (ii) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Brodosqui/SP, nascido em 19.06.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.907.947-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 186.425.208-17, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Abelias, nº 1414, Condomínio Alphaville Dom Pedro, CEP 13097-173, que será investido do cargo de “Diretor B”. Competirá a ambos administrar livremente a Sociedade, praticando com plenos e ilimitados poderes de gestão os atos necessários ao bom andamento de seus negócios e a realização de seus objetivos, podendo representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, nomear procuradores “ad judícia” e “ad negotia”, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da Sociedade, abrir e encerrar contas bancárias em bancos públicos ou privados, efetivar saques e movimentação bancária, assinar, enfim, todos os papéis de interesse da Sociedade, isoladamente ou em conjunto com o outro Diretor.

Parágrafo Primeiro: Compete especificamente ao “Diretor A”, sem prejuízo dos poderes descritos no caput desta cláusula, o gerenciamento das operações sujeitas aos riscos em geral, exceto pela realização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Parágrafo Segundo: Compete especificamente ao “Diretor B”, sem prejuízo dos poderes descritos no caput desta cláusula, a responsabilidade pelo cumprimento das normas relativas à conta de pagamento, pela administração de recursos de terceiros e pela realização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**
BT - 983342v4



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-6
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53884-PHE3;

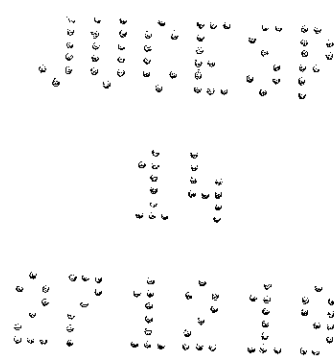


CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
TJJPB
Tribunal





Parágrafo Terceiro: Os diretores, no exercício de suas funções, quando nomearem procuradores "ad judícia", devem especificar claramente o mandato do procurador, da mesma forma procedendo com relação aos procuradores "ad negotia".

Parágrafo Quarto: Fica vedado aos diretores o uso do nome Sociedade em avais, fianças, aceites e endossos de mero favor e de outros documentos estranhos ao objetivo social, sob pena de serem considerados nulos de pleno direito à responsabilidade social.

Parágrafo Quinto: O contrato poderá ser reformado no tocante à administração, por consenso dos sócios.

Parágrafo Sexto: Os diretores farão jus, individualmente, a uma retirada mensal a título de "pró-labore", que será determinada de comum acordo entre os sócios, dentro das possibilidades financeiras da Sociedade.

Cláusula 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE

As políticas e procedimentos internos da Sociedade para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da Sociedade e observarão as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicando as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico-financeira dos empregados da Sociedade; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (v) receber ampla divulgação interna.

Parágrafo primeiro: Os procedimentos internos devem incluir medidas prévia e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Parágrafo segundo: A Sociedade deve observar política de governança, aprovada pela Diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

Parágrafo terceiro: A política de governança da Sociedade deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; definir atribuições e responsabilidades; e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco."

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4

[Handwritten signature]

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093846>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093846-7
Data: 19/04/2021 09:08:34
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53885-QMWM;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

[Handwritten signature]
Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Cartório Azevedo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
 https://azevedobastos.net.br

Cláusula 8ª – DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS

Anualmente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, a Sociedade reunir-se-á na sede social, em dia e hora previamente anunciados, a fim de submeter aos sócios as contas da administração, cabendo-lhes a aprovação do Balanço Patrimonial, demais demonstrativos contábeis do exercício findo e destinação dos resultados do exercício.

Cláusula 9ª – A Reunião de Sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto dela bastando, no caso do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis, a assinatura de todos os sócios para considerar as contas do exercício, dispensando-se, neste caso, as formalidades das reuniões.

Cláusula 10ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINO DOS RESULTADOS

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado um Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do exercício e demais demonstrações contábeis previstas na legislação. Após as deduções de Lei, os lucros líquidos apurados ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção em que por eles se deliberar na reunião de Sócios podendo, em caso de lucros, serem incorporados ao capital por deliberação dos sócios.

Cláusula 11ª – Respeitados sempre os interesses maiores da Sociedade, a reunião de sócios poderá deliberar por levantar demonstrações contábeis intermediárias ou periódicas e, assim como no encerramento dos exercícios sociais, deliberar pela distribuição de lucros ou prejuízos em proporção diferente das quotas sociais possuídas por cada um dos sócios.

Cláusula 12ª – DAS QUOTAS SOCIAIS, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

Se um dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar essa intenção ao outro sócio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que em igualdade de condições, terá preferência na aquisição das quotas de capital do sócio retirante.

Cláusula 13ª – DO FALECIMENTO OU IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

No caso de falecimento ou impedimento do sócio não administrador, a Sociedade não se dissolverá, continuando o seu negócio com o sócio administrador, o cônjuge e os herdeiros do falecido ou impedido. Não

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

8



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-8
 Data: 19/04/2021 09:06:34
 Valor Total do Ato: R\$ 4,66
 Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53886-Q7NZ;



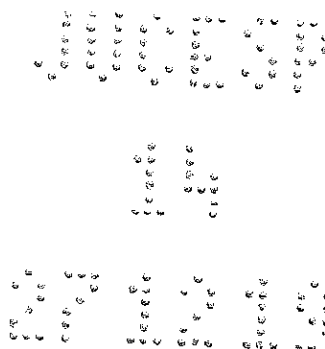
CNJ: 06.870-4

Cartório Azevedo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB





havendo acordo nesse sentido, os haveres do sócio falecido ou impedido serão apurados em balanço especialmente levantados na ocasião e serão pagos aos seus herdeiros da forma que se combinar entre as partes, sempre levando em consideração os interesses sociais. Porém, a Sociedade se dissolverá no caso de falecimento ou impedimento do sócio administrador e o prazo de pagamento dos seus haveres não poderá ultrapassar o prazo de dois anos.

Cláusula 14ª – DA RESOLUÇÃO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser dissolvida, desde que haja acordo entre os quotistas ou por disposição da lei. Depois de pagas as dívidas porventura existentes, o saldo será rateado entre os sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula 15ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E FORO

Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 16ª – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Aos casos omissos deste contrato social, aplicar-se-ão as disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei 6.404/76.

Cláusula 17ª – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, nos termos do Artigo 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.”

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-9
Data: 19/04/2021 09:06:34
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53887-E2LQ;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Váber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Social de Constituição em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os devidos fins e efeitos de direito. Santana de Parnaíba/SP, 17 de dezembro de 2019.

Sócios:

RODRIGO MANTOVANI
 RG nº 20.103.621 SSP/SP
 CPF/MF - 159.882.778-29

JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA
 RG nº 20.907.947-2 SSP/SP
 CPF/MF - 186.425.208-17

Diretores:

RODRIGO MANTOVANI
 RG nº 20.103.621 SSP/SP
 CPF/MF - 159.882.778-29

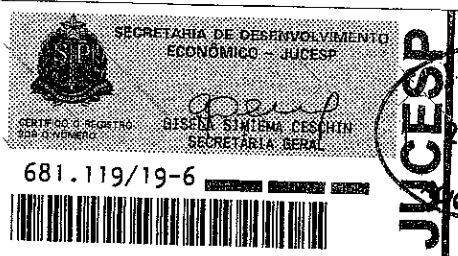
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA
 RG nº 20.907.947-2 SSP/SP
 CPF/MF - 186.425.208-17

Testemunhas:

DAYANNE FERREIRA DE ARAUJO
 CPF 391.060.978-39
 RG 38.964.686-6 SSP/SP

BRUNA FERNANDA SOUZA POSTALE
 CPF 456.820.728-20
 RG 40.764.376-X - SSP/SP

Alteração Cor
 BT - 983342v4



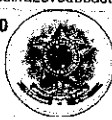
10

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-10
 Data: 19/04/2021 09:06:34
 Valor Total do Ato: R\$ 4,66
 Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53888-582E;



Cartório Azevedo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2225518718

PROIBIDO PLASTIFICAR
2225518718

SÃO PAULO

NOME
JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
20907947 SSP/SP

CPF
186.425.208-17

DATA NASCIMENTO
19/06/1972

FILIAÇÃO
JOAO BOSCO VIOLIN
FERREIRA
MARIA JOSE GOMES DE
OLIVEIRA FERREIRA

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01849004756

VALIDADE
07/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
21/08/1990

OBSERVAÇÕES

LOCAL
CAMPINAS, SP

DATA EMISSÃO
08/07/2021

Assinatura do Portador
Ernesto Mesquita Neto Diretor Presidente do Detran-SP

Assinatura do Emissor
59194716178
SP005529404

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 06600072

USO OBRIGATORIO
 IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei nº 9.608/94)



ASSINATURA DO PORTADOR




CAB



DECLARAÇÕES

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
 IDENTIDADE DE ADVOGADO

RENATO LOPES

408586

RENATO LOPES
 ANA MARIA ANGELI

SÃO PAULO-SP

DATA DE NASCIMENTO
 17/06/1977

RG
 32.778.118-X - SSP-SP

CPF
 240.020.241-10

DATA DE EXERCÍCIO
 01/10/04/2010

EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÃO
 SIM

MANOEL DA COSTA
 PRESIDENTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13994502

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.908/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Mateus Cafundo Almeida

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MATEUS CAFUNDO ALMEIDA

REGISTRO
GELSON ANTONIO DE ALMEIDA
JUDITH MARIA CAFUNDO

NATURALIDADE
BURI-SP

RG
48.826.483-7 - SSPSP

DATA DE NASCIMENTO
26/05/1983

CPF
410.091.780-07

DATA DE EXPIRAÇÃO
01 23/05/2017

STATUS DE ANUÊNCIA E RESIDUO
NÃO

MARCO DA COSTA
PRESIDENTE



Processo Nº: 21453/23
Fls: 17

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16518152			
USO OBRIGATORIO IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS (Art. 13 da Lei nº 8.968/94)			
		ASSINATURA DO PORTADOR	OBSERVAÇÕES
			

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO IDENTIDADE DE ADVOGADO	
	NOME ROBERTO DOMINGUES ALVES
INSCRIÇÃO 463639	FILIAÇÃO ROBERTO DE FREITAS ALVES APARECIDA DO CARMO DE OLIVEIRA DOMINGUES
NATURALIDADE SÃO ROQUE-SP	DATA DE NASCIMENTO 01/08/1993
RG 49.257.409-1 - SSP SP	CPF 388.276.858-94
	VIA 01 02/03/2021
CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS PRESIDENTE	


TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16082080

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.989/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Rayza Figueiredo Monteiro

 **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO 442216

NOME
RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO

FILIAÇÃO
CELIO MONTEIRO HONORATO
MARIA LUISA FIGUEIREDO MONTEIRO

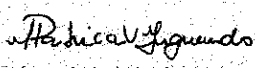
NATURALIDADE
VILA VELHA - ES

DATA DE NASCIMENTO
13/03/1994

RG
3.240.849-ES - PC ES

CPF
144.232.187-39

EXPEDIDO EM
29/06/2022


MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO
PRESIDENTE



Processo Nº: 21453/23
Pág: 17

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16421851


USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.988/94)



SINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME:
VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO

FILIAÇÃO:
CARLOS EDUARDO ALVARENGA NEGRO
PATRICIA BALDAN ALVARENGA NEGRO


NATURALIDADE:
SÃO CARLOS-SP

DATA DE NASCIMENTO:
27/07/1994

CPF:
447.970.818-99

REGISTRO:
342008882 - SSPSP



VIA EXPEDIDO EM:
01 14/11/2020


CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
460936


TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17180726

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Renner Silva Múlia

 **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RENNER SILVA MÚLIA

FILIAÇÃO
MARCELLO FRANCO MÚLIA
ROSÁ APARECIDA SILVA MÚLIA

INSCRIÇÃO
471087

NATURALIDADE
PASSOS - MG

DATA DE NASCIMENTO
13/11/1998

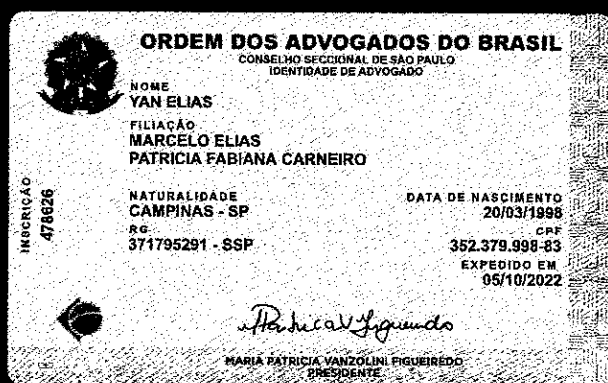
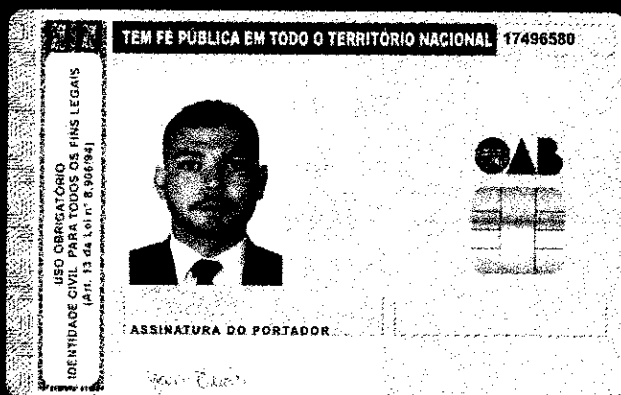
RG
MG-17.779.464 - SSP MG

CPF
094.189.326-01

EXPEDIDO EM
11/07/2022

Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo
MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO
PRESIDENTE





TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16518250

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(A.C. 12.943/04 - § 5º, 9º/9/04)



ASSINATURA DO PORTADOR

Rodolfo A. Fernandes

RESERVAÇÕES

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RODOLFO ARAUJO FERNANDES

RELACION
FERNANDO DE OLIVEIRA FERNANDES
GISELA ARAUJO FERNANDES

ASSOCIADO
CAMPINAS-SP

DATA DE NASCIMENTO
10/11/1985

CPF
447.398.778-43



RG
34.008.753-X - SSP SP

EX. EXPEDIENTE EM
03 02/03/2021

CHAL AUGUSTO SILVA DOS SANTOS
PRESIDENTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17755537

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Othon Welber Baragão

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO
484365

NOME
OTHON WELBER BARAGÃO

FILIAÇÃO
VALDECI MARCELO BARAGÃO
MARLY CARVALHO BARAGÃO

NATURALIDADE
SALTO - SP

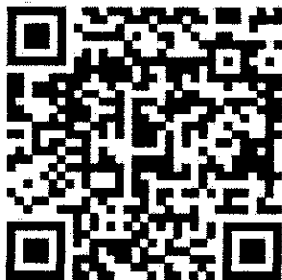
DATA DE NASCIMENTO
17/10/1997

RG
43.940.145-8 - SSP SP

CPF
446.476.848-22

EXPEDIDO EM
13/04/2023

Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo
MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17637900

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.506/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOAO PAULO CORREA CARVALHO

FILIAÇÃO
HELVIO ANTONIO DE CARVALHO
LUCIENE DE FATIMA CORREA CARVALHO

INSCRIÇÃO
210384

NATURALIDADE
GUAXUPÉ - MG

RG
MG-20.150.408 - PC/MG

DATA DE NASCIMENTO
23/11/1998

CPF
132.539.116-67

EXPECIDO EM
13/04/2023



SERGIO RODRIGUES LEONARDO
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17613098

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.962/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SAO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
EMANUELLE FRASSON DA SILVA

FILIAÇÃO
EDVALDO SOARES DA SILVA
ANA ERICA FRASSON DA SILVA

INSCRIÇÃO
480843

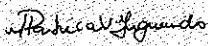
NATURALIDADE
CAMPINAS - SP

DATA DE NASCIMENTO
21/11/1996

RG
37.091.343-7 - SSP SP

CPF
470.329.788-43

EXPEDIDO EM
14/04/2023



MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO
PRESIDENTE



**EXCELENTÍSSIMA AUTORIDADE SUBSCRITA NO EDITAL DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO**

IMPUGNAÇÃO - com fulcro no artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2023

PROCESSO Nº 1698/2023

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,
inscrita no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calçada Canopo, 11 - 2º
Andar - Sala 03 - Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP - CEP:
06541-078, e-mail: licitacao@primebeneficios.com.br;
bruna.olimpio@primebeneficios.com.br; yan.elias@primebeneficios.com.br; por
intermédio de seu procurador subscrito *in fine*, vem, respeitosamente, com base no
artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019, **IMPUGNAR** o Instrumento Convocatório,
consoante motivos a seguir determinados

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Considerando que a IMPUGNANTE é uma empresa que exerce a atividade compatível com o objeto da licitação e, portanto, pretensa licitante, o prazo para impugnação é de até o 3º dia útil da data fixada para abertura da sessão pública, conforme o **Art. 24 Decreto nº 10.024 de 2019**:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública; (Grifamos)

A contagem dos prazos nos processos licitatórios e nos contratos administrativos está disciplinada no artigo 110 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

*Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Grifamos)*

Sendo assim, é de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que protocolada com antecedência à data da abertura da licitação (não se considera horas na contagem do prazo, mas sim o dia de expediente no órgão).

II - DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. Mas, é obrigação do Pregoeiro respondê-la no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o § 1º do Decreto nº. 10.024 de 2019:

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação. (Grifamos)

Dessa forma, o pregoeiro deverá apresentar resposta dentro do prazo legal, sob pena de invalidação do certame, pois, diante do silêncio restará inviável a formulação adequada e satisfatória das propostas.

III - DOS FATOS E DAS RAZÕES

Está prevista para o dia 16/08/2023 às 10h00, a abertura do Pregão Eletrônico nº 158/2023, para o seguinte objeto:

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses.

Em detida análise ao edital contatou-se **ilegalidade** que afronta o Comando Constitucional que determinou a realização de procedimento licitatório, a qual macula de forma cabal os Princípios norteadores da licitação, pois restringem a participação de potenciais licitantes, frustrando os princípios da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

IV - DA DUBIEDADE DO OBJETO LICITADO

De forma desarrazoada e sem a devida compatibilização entre a descrição das exigências do objeto licitado, o presente edital prevê a possibilidade de contratação direta juntamente com o sistema de gerenciamento. Vejamos tamanha irregularidades:

Edital:

1.1 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL-S10), COM OFERTA DE MAIOR DESCONTO NA MÉDIA DA TABELA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO), COM FORNECIMENTO DE **SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DE ABASTECIMENTO DE TODA FROTA DE VEÍCULOS** OFICIAIS, CESSÃO DE 2 (DOIS) TANQUES "AÉREOS", UM PARA GASOLINA COMUM E OUTRO PARA DIESEL S-10 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LTS CADA, COM SISTEMA ELETRÔNICO PARA AFERIÇÃO EM TEMPO REAL DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL EM CADA TANQUE, QUE ATUARÁ COMO CONTROLE DE ENTRADA NO DESCARREGAMENTO VIA CAMINHÃO-TANQUE, 2 (DUAS) BOMBAS DE ABASTECIMENTO DO TIPO DIGITAL, COM 2 (DOIS) BICOS CADA (GASOLINA E DIESEL), **ALÉM DAS INSTALAÇÕES BÁSICAS EXIGIDAS** PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS E TRABALHISTAS VIGENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

Perceba que o objeto adere dois tipos de serviço totalmente distintos e que em momento algum tem alguma relação entre si. Afinal, o que o modelo de contratação direta, tem abraçamento com o gerenciamento de abastecimento?

Neste caso, o sistema integrado a ser contratado deve possibilitar, o gerenciamento dos abastecimentos e contratação direta, sendo impossível aos licitantes atender tais requisitos, isto pois, o sistema para GERENCIAMENTO é incompatível com sistema de CONTRATAÇÃO DIRETA, de modo que não existe empresa no segmento de gerenciamento que possua sistema unificado.

Isso porque na gestão não é instalado nenhum equipamento nos veículos, mas tão somente fornecido um sistema por meio do qual, permitirá abertura de OS (ordem de serviço), para realização dos acompanhamentos dos abastecimentos realizados.

Ao contrário da contratação direta que é um novo tipo de contratação, adotada, dentre outros órgãos, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desde

o ano de 2011, possibilitando ainda, além das vantagens acima (eficiência e economicidade – que também será demonstra abaixo).

Como dito alhures, para melhor compreender os serviços de Gestão de Frota, estes amoldam-se a chamada quarteirização das atividades de (i) manutenção e (ii) abastecimentos de veículos, a qual se apresenta na evolução da já conhecida terceirização, tendo se desenvolvido e consolidado no Setor Privado nos últimos anos, passando a ser adotado mais recentemente pela Administração Pública na busca por maior eficiência na gestão dos serviços.

Ainda, ensinam que o novo modelo se propõe a modernizar os mecanismos de gestão pública, por meio da transferência de ações da Administração a particulares que se desdobram em dois níveis: o da gerência da prestação e o da execução da prestação. O esquema abaixo apresenta os vínculos existentes na terceirização e na quarteirização apresentadas neste trabalho.

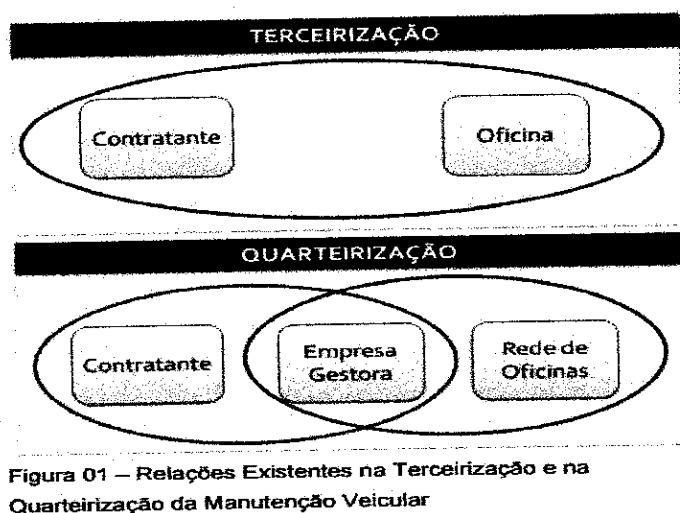


Figura 01 – Relações Existentes na Terceirização e na Quarteirização da Manutenção Veicular

Em síntese, na quarteirização a Administração contrata empresa especializada que disponibiliza sistema de gerenciamento para a execução dos serviços automotivos (Manutenção veicular ou Abastecimento de combustíveis), os quais serão realizados pela rede de estabelecimentos conveniados.

Deste modo, é impossível que seja contratado sistema único que tenha todos os módulos integrados (gerenciamento e aquisição direta de combustível, por exemplo), dessa forma, a maneira correta seria fornecer uma licitação diferente para cada sistema e não a junção de ambos.

Após a aludida explicação, cabe deixar explícito que tal integração errônea, frustra-se o caráter competitivo do certame, como também os princípios previstos no art. 37º da Constituição Federal de 1988, merecendo destaque o princípio da legalidade.

A lei de licitações é clara ao vedar que os agentes públicos incluam nos editais cláusulas que restrinjam o caráter competitivo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, preter, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

A mesma lei, no art. 15 da lei n.º 8.666/93, estabelece que:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

- I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
- II - ser processadas através de sistema de registro de preços;
- III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor

privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. (Grifamos).

Não obstante, TODA Administração deve atentar-se para as peculiaridades do mercado, ou seja, a impossibilidade de os sistemas se unirem e até mesmo “conversarem” entre si.

Para que haja o completo atendimento a legislação, **imprescindível é a abertura de 02 (duas) licitações, sendo uma para (i) gerenciamento e outra específica para (ii) contratação direta de aquisição de combustível, ou em caso de manter a presente licitação, que seja extirpada todas as exigências que determina a integração dos sistemas de gerenciamento com a contratação direta.**

V - DAS EXIGÊNCIAS DE SERVIÇOS

Outros pontos que merecem destaque estão previstos nas cláusulas:

13.1 **A empresa deverá realizar a instalação** de: 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 (quinze mil) litros CADA, 2 (duas) bombas digitais com 2 (dois) bicos cada, 1 (um) filtro de linha, 1 (um) programa de gerenciamento de abastecimento da frota, com sistema de transmissão de dados online, para 4 (quatro) bicos e disponibilizar 380 (trezentos e oitenta) equipamentos eletrônicos para instalação em veículos, 1 (um) filtro de Diesel, 2 (duas) sondas de nível para os tanques para aferição em tempo real, via smartphone ou pc desktop do nível atual de combustível e controle de descarregamento da entrega. Estes equipamentos serão disponibilizados em REGIME DE COMODATO e os gastos com transporte e instalação ocorrerão às expensas da contratada. Deverão também ser instaladas bombas reservas do mesmo tipo/modelo, em conformidade com o item.

13.1.1 O prazo máximo para a finalização das instalações de equipamentos de que trata o item 13.1 não excederá o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos;

[...]

14.2 **Todos os veículos deverão ser equipados com dispositivo que transmita as informações na hora do abastecimento no posto. Os postos, por sua vez, deverão ter unidades controladas interligadas aos bicos das bombas para**

envio de dados em tempo real para o sistema online. Quando um veículo credenciado se posicionar para o abastecimento, deverá ser registrado todas as informações sobre o abastecimento (veículo, quilometragem, combustível, data, hora, litragem e valor), de forma digital sem intervenção humana, a liberação deve ser autônoma bloqueando veículos não permitidos e/ou não credenciados ao abastecimento.

Primordialmente, é válido lembrar que o Município de Nova Friburgo possui em média 42 postos, dessa forma, como seria feito a instalação de bombas com as determinadas características previstas na cláusula, além de adequar a instalação de dispositivos para controlar a interligação direta nos bicos das bombas?

Neste cenário fictício, os postos teriam que desenvolver alta tecnologia para ser possível adentrar tantas modificações, e para ter uma alta tecnologia é necessário possuir recursos financeiros.

Novamente, para melhor entendimento de todos que para que não restem dúvidas e questionamentos, é importante especificar que a partir do momento em que o edital prevê dois tipos de sistema sendo: fornecimento e aquisição de combustível, quebra totalmente os paradigmas do edital, e o seu repleto entendimento, principalmente referente a terceirização e quarteirização.

O modelo de quarteirização, tem uma empresa gestora que atua com intermediadora dos pagamentos pela prestação dos serviços, existindo duas relações contratuais, sendo a primeira através de Contrato Público entre Contratante (órgão público) e Contratada (licitante) e a outra mediante Contrato Privado entre a Contratada (licitante) e a Rede Credenciada (prestadora dos serviços).

Nota-se que, o modelo anteriormente utilizado em todo território nacional era denominado de terceirização, ocorrendo a prestação do serviço por meio da empresa terceirizada, em favor da tomadora/contratante, veja:

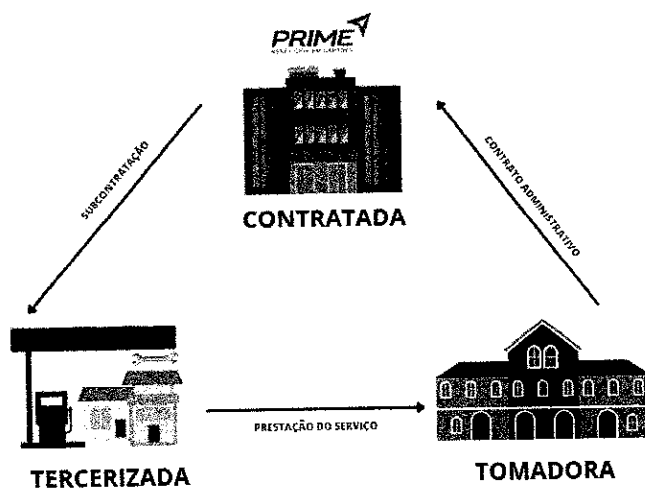


Imagem 01: Modelo de Terceirização

Conforme mencionado o atual modelo utilizado pela Administração é o de quarteirização, existindo duas relações contratuais, a primeira entre a Contratada e o Órgão Público por meio do contrato administrativo, e a segunda entre a Contratada e a sua Rede Credenciada mediante o contrato privado, se dividindo da seguinte maneira:

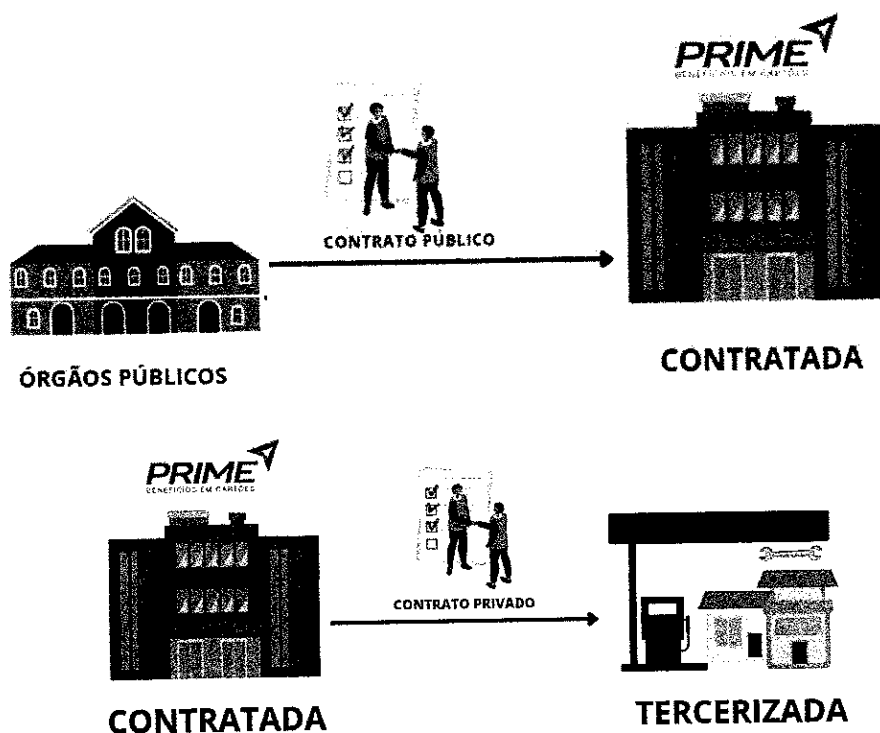




Imagem 02: Demonstração do serviço de quarteirização

Ora, quem fornece bomba é um distribuidor alheio e não os distribuidores de combustível, afinal, como o próprio nome menciona, este apenas oferece a matéria prima do combustível.

Assim, a confusão inicia-se novamente com o desentendimento perante o sistema de gerenciamento e contratação direta. Por essa razão, requer a exclusão de determinada previsão/obrigação.

VI - DA FALTA DE EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA ATESTADO E (+) DE PARÂMETROS OBJETIVOS PARA COMPROVAÇÃO

O edital exige a apresentação de atestado de capacidade técnica do profissional com registro no Conselho de Química, conforme abaixo:

18.5 A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação.

[...]

15.4 A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação denominado "base de distribuição".

A Lei Geral de Licitações, a qual regulou este dispositivo constitucional, estabeleceu quais documentos atenderiam ao termo “indispensáveis” em seus artigos 27 a 31, *in verbis*, da mesma forma como estabeleceu para a qualificação econômico-financeira:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, **exclusivamente**, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;**
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal e trabalhista;
- V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- [...]

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º **A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:**

- I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Claro está que as **disposições legais do art. 30, § 1º, da Lei 8.666/1993** são **OBRIGATÓRIAS**, por força do § 7º, do art. 32 da mesma lei, *in verbis*:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

[...]

§ 7º **A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 e este artigo poderá ser dispensada, nos termos de regulamento, no todo ou em parte, para a contratação**

de produto para pesquisa e desenvolvimento, desde que para pronta entrega ou até o valor previsto na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

Repita-se, não faz sentido contratar empresa especializada sem exigir a respectiva comprovação da especialização! Todavia, a legislação não prevê como obrigatoriedade a apresentação do registro do profissional especificamente no Conselho de Química, pois não é do interesse do certame saber o registro profissional do sujeito.

A única forma de comprovar que uma empresa é especialista, ou no mínimo, tenha experiência capaz de comprovar aptidão para executar o futuro contrato, é através de atestados fornecidos por empresas, públicas ou privadas, de modo que sejam compatíveis em características, prazos e quantidades, conforme dita a lei.

A licitação pública é o meio administrativo pelo qual o poder público adquire os bens, obras e serviços indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações. Em linguagem bem simples: licitação é a forma do governo fazer suas compras para garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade.

Em razão de seu gigantismo, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, é o maior comprador de bens, serviços e obras do país. É necessário rigoroso atendimento à legislação para que esse grande volume de recursos seja aplicado com eficiência e economicidade.

Com isto, temos que o processo licitatório tem como objetivo escolher, dentre os vários concorrentes de cada setor, a proposta mais vantajosa para o poder público no que se refere aos aspectos de preço e qualidade. Assim, é imprescindível a promoção de real competição entre as empresas licitantes, a fim de que a compra obtenha as condições mais vantajosas para a sociedade.

Assim, cada participante deve comprovar o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital de licitação, que deveria incluir apresentação de Balanço Patrimonial e Atestado de Capacidade Técnica. Ao poder público cabe a escolha da melhor proposta, a fiscalização dos bens e serviços entregues pelo vencedor e sua correta utilização em favor da população. Vale ressaltar que para garantir a escolha da proposta mais vantajosa, não basta simplesmente o menor preço.

Cientes de que rotineiramente empresas aventureiras aviltam os preços nos processos licitatórios (pregões eletrônicos) destinados à contratação de serviços terceirizados, afastando, por consequência, empresas sérias do certame. Soma-se isso ao fato de que essas mesmas empresas aventureiras, posteriormente à assinatura dos contratos, não têm condições de cumpri-los, gerando os mais diversos transtornos e prejuízos ao Poder Público, concluiu-se que os órgãos públicos não podem ser silentes, sob pena de serem acusados de omissão e, eventualmente, por contratarem mal, virem a ser condenados por má gestão do erário.

Para garantir que “empresas aventureiras” não minem o processo competitivo, cabe à Administração requerer destas uma real comprovação de capacidade técnica e financeira, com base no que dispõe a legislação acima citada.

Vemos desta forma que o legislador buscou assegurar à Administração ferramentas para selecionar empresas que não são aventureiras e que estão consolidadas no mercado, estando aptas a prestar serviços continuados para a Administração, e com capacidade para executar sem dificuldades seus encargos no momento da contratação.

Com isso, tem-se como benefício a redução de índices de contratações mal sucedidas, pois quanto mais a Contratada estiver consolidada no mercado, com capacidade operacional adequada para desempenhar seus encargos, maiores serão as chances de cumprimento contratual o contrato ao longo do tempo, sem solavancos ou

términos inesperados que possam colocar em risco a própria continuidade dos serviços públicos ofertados pela Administração.

É notório que, ao deixar de estabelecer exigências mínimas, capacidade técnica e estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação anterior da futura contratada, a Administração se expõe à má contratação, arriscando todo o seu objetivo, que é o bem-estar da população.

Temos as seguintes indagações:

- Qual a garantia da Administração de que contratará empresa com “expertise” na execução do contrato?
- Quem fica em situação de risco pela não apresentação dos atestados de capacidade técnica?
- Quem é o favorecido pela comprovação de capacidade técnica?

A Administração não se resguarda com nenhuma garantia de que a empresa tem uma mínima experiência na execução do contrato, pois poderá ser uma aventureira no mercado buscando se capitalizar com a intermediação de recursos públicos.

Por fim, todos se favorecem com o cuidado da Administração em exigir a comprovação de capacidade técnica, pois a futura contratada demonstrará que está consolidada no mercado e apta a cumprir suas obrigações.

Neste viés, todos se favorecem com o cuidado da Administração em exigir a comprovação de capacidade técnica, pois a futura contratada demonstrará que está consolidada no mercado e apta a cumprir suas obrigações.

Não prever que a licitante vencedora da fase de disputa comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, como estabelecido no art. 30, inc. II da Lei 8666/93, é flertar com a possibilidade de contratar empresa não capaz de

cumprir o contrato. É forçoso reconhecer que o gestor público deve se cercar de cautelas que garantam a prestação adequada e contínua dos serviços terceirizados, sob pena de ver zerados os ganhos de eficiência pretendidos.

A Lei de Licitação n.º 8.666/93 determina que as licitantes devem comprovar sua qualificação técnica mediante a apresentação de Atestados que, conforme o nome já diz, **atesta que a licitante já prestou serviços**, de forma satisfatória, **para objeto compatível em características, prazos e quantidades.**

Exigir atestado em licitação pública é tão importante que o TCE/SP editou a Súmula n.º 24, onde determina que seja exigida a comprovação de 50 a 60% do objeto licitado:

SÚMULA N.º 24

Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal n.º 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

O TCU, em julgado que analisou características necessárias à segurança da contratação de empresas prestadoras de serviço, entendeu da seguinte maneira:

Quando a Administração contrata determinada empresa com capacidades técnico operacional, profissional e econômico-financeira frágeis, o prejuízo social, econômico e administrativo é certo e enorme. E é justamente desses prejuízos que a Administração do TCU deseja esquivar-se mediante a aplicação, dentre outras regras, da exigência editalícia aqui debatida e defendida. (TC 028.029/2010-0 Segunda Câmara)

E em **caso análogo**, no qual o **TRE-ES** publicou edital para contratação de vale-combustível, a Corte de Contas da União em sessão plenária, onde o Exmo. Min. Rel. José Múcio Monteiro descortinou o assunto com o seguinte entendimento:

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário TC 005.316/2018-9
Natureza: Representação

(...)

16. Cumpre ainda ressaltar que esta Corte de Contas expediu orientações acerca da matéria que, a meu ver, também deixam assente a natureza compulsória da exigência de habilitação (Licitações e contratos - orientações e jurisprudência do TCU, ed. 4, Brasília, 2010, p. 332, grifamos):

'É dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira dos licitantes.'

Exigências habilitatórias (...) devem restringir-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado.'

17. Reputo, dessa forma, que a Lei 8.666/1993 visa evitar o estabelecimento de exigências excessivas, sem, no entanto, deixar de impor que sejam apresentados - em todos os procedimentos licitatórios, salvo naqueles em que a própria lei autorize a dispensa - os documentos e condições minimamente suficientes para comprovar que os interessados estejam habilitados em todos os aspectos por ela estipulados.

(...)

5. Desse modo, cabe perquirir, neste processo, o grau de obrigatoriedade dessas exigências nas licitações públicas e quais efeitos sua eventual ausência teriam sobre a validade do certame.

6. Como salientado nos pareceres da unidade técnica e do Ministério Público, reproduzidos no relatório que precede este voto, a jurisprudência e a doutrina são razoavelmente consensuais no entendimento de que a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração.

(...)

Ata nº 14/2018 - Plenário Data da Sessão: 25/4/2018 - Ordinária Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro (Relator).

A exigência de atestado serve para, sobretudo, resguardar a própria Administração no futuro, pois poderá contratar com empresa que não tem a capacidade de gerenciar um contrato de grande porte, como no presente caso, e não executar o contrato, acarreta prejuízos para a sociedade o que acaba corroborando com a violação do conceito básico da Administração Pública, a qual zela pelo bem-estar da coletividade conforme assegurado pelo princípio da supremacia do interesse público.

VII - DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer se digne o i. pregoeiro (a) a **JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO** a proceder as seguintes alterações:

- i. Alterar o objeto licitado para Contratação de empresa especializada em sistema de gerenciamento de frota através Rede Credenciada, unificando o objeto do Pregão Eletrônico Nº 158/2023;
- ii. Excluir os itens que prevê a possibilidade de contratação direta junto com o sistema de gerenciamento;
- iii. Incluir no edital a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que não seja especificado com o registro do profissional do Conselho de Química;
- iv. Republicar os termos do edital reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Na improvável hipótese de indeferimento da impugnação apresentada, requer-se desde já cópias dos autos do processo licitatório, para salvaguarda dos direitos da Impugnante, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis (Mandado de Segurança), bem como para comunicação aos órgãos de fiscalização externos (Ministério Público e Tribunal de Contas).

Termos em que pede deferimento

Santana de Parnaíba/SP, 11 de agosto de 2023.

EMANUELLE FRASSON DA SILVA
Assinado de forma digital por EMANUELLE FRASSON DA SILVA
Dados: 2023.08.11 13:55:03 -03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

EMANUELLE FRASSON - OAB/SP 480.843



Comissão de Pregão I

Processo Administrativo de Impugnação nº: **21.453/2023**

Impugnante: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**

Assunto: **Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 158/2023 (Processo Licitatório nº 1.698/2023) AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - 2023.**

À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela **empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 158/2023.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

2.1 - A impugnante alega, em síntese, que a Modalidade Adotada em sua opinião o objeto licitado não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, princípios basilares da licitação pública.

2.2 - A segunda observação a empresa alega que o sistema integrado a ser contratado deve possibilitar, o gerenciamento dos abastecimentos e contratação direta, sendo impossível aos licitantes atender tais requisitos, isto pois, o sistema para GERENCIAMENTO é incompatível com sistema de CONTRATAÇÃO DIRETA, de modo que não existe empresa no segmento de gerenciamento que possua sistema unificado.

2.3 - A terceira observação se refere as exigências de serviços. Ondo a empresa tenta induzir o Município a Adotar o Modelo de quarteirização onde a empresa desconsidera o Posto de Combustível implantado na Subprefeitura de Conselheiro e oferece uma solução a partir de uma Rede de Postos Credenciada.

2.4 - O edital exige a apresentação de atestado de capacidade técnica do profissional com registro no Conselho de Química, A exigência de atestado serve para, sobretudo, resguardar a própria Administração no futuro, pois poderá contratar com



Comissão de Pregão I

empresa que não tem a capacidade de gerenciar um contrato de grande porte, como no presente caso, e não executar o contrato, acarreta prejuízos para a sociedade o que acaba corroborando com a violação do conceito básico da Administração Pública, a qual zela pelo bem-estar da coletividade conforme assegurado pelo princípio da supremacia do interesse público.

2.5 - Portanto, entende-se que para a requerente a melhor escolha, atualmente para esta Administração, seria optar pela contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota através de Rede Credenciada (quarteirização).

DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Por todo o exposto, requer se digne o i. pregoeiro (a) a JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO a proceder as seguintes alterações:

- i. Alterar o objeto licitado para Contratação de empresa especializada em sistema de gerenciamento de frota através Rede Credenciada, unificando o objeto do Pregão Eletrônico Nº 158/2023;
- ii. Excluir os itens que prevê a possibilidade de contratação direta junto com o sistema de gerenciamento;
- iii. Incluir no edital a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que não seja especificado com o registro do profissional do Conselho de Química;
- iv. Republicar os termos do edital reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei. RA

Na improvável hipótese de indeferimento da impugnação apresentada, requer-se desde já cópias dos autos do processo licitatório, para salvaguarda dos direitos da Impugnante, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis (Mandado de Segurança), bem como para comunicação aos órgãos de fiscalização externos (Ministério Público e Tribunal de Contas).



Comissão de Pregão I

DO MÉRITO

Cabe informar que a impugnante desconsiderou o Objeto dessa licitação e tenta apresentar o seu produto como solução que melhor se adequaria as necessidades da administração.

Conforme o termo de referência que traz a seguinte justificativa: "3.2 A presente aquisição de combustível possui o fito de atender as necessidades de abastecimento da frota municipal no exercício de 2023 no que concerne a regular distribuição de serviços de transporte, terraplanagem, obras em geral, entre outros serviços essenciais para o correto funcionamento dos órgãos municipais;

3.2.1 A adoção desses parâmetros se deve as mudanças na política de mercado de combustíveis, os quais vem apresentando variações constantes em seus preços;

3.2.2 A utilização de um percentual fixo de desconto sobre os preços apurados por um órgão oficial permite que a Administração Pública Municipal pague preços justos aos seus fornecedores, beneficiando-se ainda das menores variações que venham a ocorrer.

3.3 Os quantitativos para o próximo exercício foram baseados nas planilhas de consumo dos últimos 18 (dezoito) meses, além da previsão de aquisição de novos veículos leves, pesados, máquinas e tratores e da possibilidade de aumento de utilização de combustível para a fabricação de asfalto na usina de asfalto quente, uma vez que, a usina esteve em funcionamento no ano de 2022 e está com previsão de aumento de produção para o ano de 2023."

A empresa tenta novamente após as tentativas nos anos de 2021 e 2022, apresentar impugnação buscando a alteração do objeto visando adequar a licitação a sua prestação de serviços, sem considerar os princípios do interesse público, eficácia, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e principalmente economicidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 21.453/2023

RUBRICA: Deq FOLHA: 46

Comissão de Pregão I

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 27.3 do edital.

Informamos que a referida licitação, se encontra marcada para o dia 16 de agosto de 2023 e caso necessário será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interpostas.

Nova Friburgo, 14 de agosto de 2023.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Abastecimentos Por Veículo

Parâmetros de Filtro

Posto: Frota: 5279 Status do Veículo: Abastecimentos Parciais: Sim
Tipo de Identificador: Veículo: 565656 Motorista: Período: 15/7/2023 - 15/8/2023
Tipo do Relatório: Analítico Quebrar por Sub-Frota: Não Ordenação: Placa 23:59:00

Roteirizador		ID	Cod ID		Placa		CodVeic		Modelo		Nº. de Frota		Comb	Cons. Min.	Cons. Max.
		UVE MOTORISTA	447		LMQ1B71		565656		GOL				GC/AC	3	5
Data/Hora	Posto	Fantasia	Matr.Mot	Apelido	Odo/Hor	Dist	Bomba	Comb	Vol	Valor/L	Valor	Média Km/L	Média R \$/Km	Débito	St
17/07/23 07:39	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			159.618	452	7	GC	25,78	6,244	160,97	17,53	0,36	09/08/23	M
19/07/23 11:27	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			160.066	448	7	GC	26,71	6,244	166,78	16,77	0,37	09/08/23	M
24/07/23 08:00	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			160.504	438	7	GC	27,66	6,244	172,71	15,84	0,39	09/08/23	M
02/08/23 09:21	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			161.006	502	5	GC	31,00	6,244	193,56	16,19	0,39	24/08/23	M
10/08/23 14:58	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			161.498	492	5	GC	29,21	6,244	182,39	16,84	0,37	24/08/23	M
		* Σ Volume p/ Média	* Σ Valor p/ Média		Total Dist/Tempo		Volume Total		Total Valor		*Média Valor/Km		*Média Km/L		Média Km/L
		0,00	0,00		2332		140,36		876,41		0,00		0,00		16,61
		Volume		Acuracidade		%Combustível		Total R\$							
		140,36		0,00		100,00%		876,41							
GASOLINA															

Total Geral da Frota: 5279 - PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO

Nº Sub-Frotas	Qtd Postos	Qtd Registros	Qtd Veículos	Total Dist/Tempo	Vol	Valor	* Σ Volume p/ Média	* Σ Km p/ Média	* Σ Valor p/ Média	Média Km/L	Média R \$/Km
1	1	5	1	2.332	140,36	876,41	0,00	0,00	0,00	16,61	0,00
GASOLINA	1	5	1	2.332	140,36	876,41	0,00	0,00	0,00	16,61	0,00

PROCESSO Nº: 21453/23
DATA: 1/1/41
FOLHAS Nº: 41
RUBRICA:

Legenda

Bandeira	Frota	Fantasia	Banco	Agencia	Conta
BR	005279	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO	BRABESCO		

Combustível

GC - Gasolina Comum	AC - Álcool Comum	DC - Diesel Comum	D5 - Diesel S50
GA - Gasolina Aditivada	AA - Álcool Aditivado	DA - Diesel Aditivado	SA - Diesel S10 Aditivado
GP - Gasolina Premium	FX - Flex	D1 - Diesel S10	GNV - Gás Natural Veicular

AR - Arela

Tipo do Abastecimento

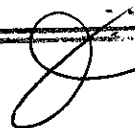
A - Auditado	C - Contingência	E - Abastecimento Fora da Rede	Ic - Cartão	It - Tag Sem Parar	Ip - CTEPAY
--------------	------------------	--------------------------------	--------------	---------------------	--------------

Status do Abastecimento

F - Sem Odômetro Anterior ou Odômetro Anterior Inválido	Z - Odômetro Zerado
K - Odômetro Parado	L - Odômetro Menor que o Abastecimento Anterior
P - Abastecimento Parcial	T - Capacidade de Tanque Excedida
M - Média Maior que a Cadastrada para o Veículo	m - Média Menor que a Cadastrada para o Veículo
a - Percentual Abastecimento Arela x Diesel	

Obs Médias (*) - Não são considerados para consolidar a média os registros com Status de Odômetro, Abastecimentos em Contingência e Auditoria

PROCESSO Nº:	21453/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	48
RUBRICA:	





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2023

Para: Procuradoria Geral
A/C: Ilm. Sr. João Figueiró - MD. Procurador Geral do Município

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, de acordo com solicitação feita pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSOSSORIA EMPRESARIAL LTDA, insta esclarecer o que segue:

Importante frisar, que o modelo proposto pela empresa impugnante, diverge e muito do que a municipalidade pretende contratar através da presente licitação, vez que, no modelo apresentado, a impugnante sugere uma DESCENTRALIZAÇÃO do abastecimento da frota, sendo ela a intermediadora, entre o posto de combustível e a municipalidade.

No modelo proposto, a municipalidade, s.m.j., só poderá abastecer em postos conveniados pela impugnante, o que poderá acarretar em diversas consequências que poderão ferir os princípios da economicidade e eficiência, vejamos:

JULHO

	02/07 - 08/07	09/07 - 15/07	16/07 - 22/07	23/07 - 29/07	MEDIA	DESCONTO	VALOR FINAL
GASOLINA	R\$ 5,61	R\$ 5,64	R\$ 5,68	R\$ 5,72	R\$ 5,66	3,8%	R\$ 5,4473
DIESEL S10	R\$ 5,14	R\$ 5,06	R\$ 5,12	R\$ 4,89	R\$ 5,05	2,9%	R\$ 4,9060
Semana de 02/07 - 29/07							

Em 13/09/2022, encerrou-se a vigência do Contrato nº 9.022/2021, que tinha por objeto o Levantamento de Preços de Combustíveis da ANP (LPC). O Contrato nº 9.031/2022, que o sucederá, passará a vigor em 26/09/2022. De modo a permitir a continuidade da divulgação de dados de preços de combustíveis para a semana de 18 a 24/09/2022, a ANP publica dados cedidos gratuitamente pela Triad Research Consultoria e Pesquisa de Mercado Ltda., nova empresa contratada para realizar o LPC. Excepcionalmente neste período, não foram publicados preços de GLP, apenas dados estatísticos (médias) de combustíveis automotivos em nível nacional. A partir da próxima semana (25/09 a 01/10/22), será retomada a divulgação de preços dos combustíveis (automotivos e GLP) obtidos pela Agência no âmbito do LPC.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

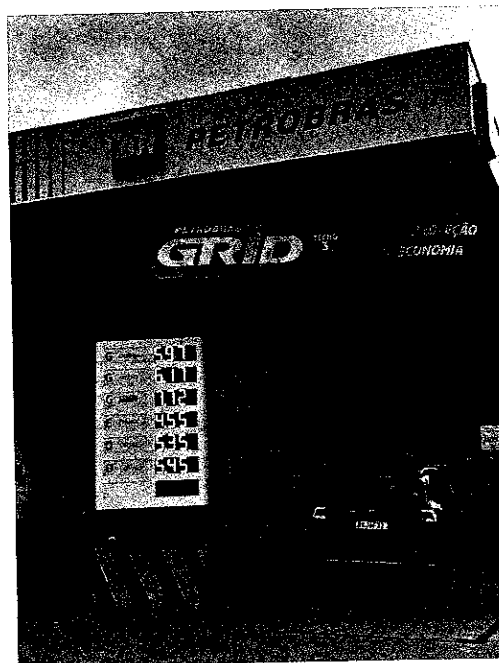
SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

A planilha acima, demonstra o valor médio segundo dados da TABELA ANP praticados no município de Nova Friburgo disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>)

No modelo de contratação atual, o município paga atualmente, R\$ 5,4473 para o combustível GASOLINA COMUM, e R\$ 4,9060 para o combustível DIESEL S10, frisa-se combustível da marca PETROBRÁS, cujo o seus produtos, figuram entre os melhores do país, diminuindo potencialmente o risco de manutenção dos veículos, por conta de abastecimento de procedência duvidosa.

Para efeitos de comparativos, abaixo segue foto dos preços praticados por posto de bandeira PETROBRÁS, localizado à Av. Euterpe Friburguense, n. 151 - Centro, Nova Friburgo (ao lado do Forum), no dia 15/08/2023:



Os valores praticados são de R\$ 5,97 para Gasolina Comum e 5,45 para Diesel S10, ou seja uma diferença de R\$ 0,5227 para Gasolina e R\$ 0,544 para Diesel S10 por litro, logo, não há discussão quanto a vantajosidade do atual contrato, que ainda



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

oferta o sistema de controle de abastecimento de frotas, que a impugnante alega ser *"impossível que seja contratado"*, bem como o sistema de monitoramento eletrônico em tempo real do quantitativo de combustível estocado em cada um dos tanques aéreos, bem como toda a manutenção do posto, bombas etc, por conta da atual contratada.

Cumpra esclarecer, que a presente contratação visa o abastecimento da Frota Municipal de Veículos, através de POSTO INTERNO, com a cessão de dois Tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s10 com capacidade 15.000 LTs cada, além de todos os instrumentos necessários ao abastecimento, como Bombas etc.

Portanto, fica evidente que o modelo apresentado pela impugnante, s.m.j., trata-se de um modelo DESCENTRALIZADO, em uma rede de postos de abastecimento credenciados pela impugnante, o que diverge do objeto do presente edital.

O modelo de aquisição atual, traz inúmeras vantagens a administração pública, dentre elas, a aquisição de combustível de melhor qualidade, vez que, podemos comprar diretamente dos distribuidores, evitando que o combustível seja adulterado, reduzindo assim, a possibilidade de manutenções e deterioração precoce da frota.

Importante informar, que o município dispõe de inúmeros veículos agrícolas, tratores e máquinas diversas, em regiões remotas e de difícil acesso, onde sequer há postos de combustíveis próximos, e s.m.j., dificilmente credenciados a modalidade de abastecimento. Tais veículos são abastecidos através de um caminhão tanque, pertencente a frota do município, com capacidade 5.000 litros, que ao ser abastecido em nossa unidade CENTRALIZADA, abastece os equipamentos localizados na área rural, sendo este outro motivo que nos leva a ter um posto INTERNO CENTRALIZADO, tendo em vista que em muitas vezes, dificilmente um posto menor, DESCENTRALIZADO, teria quantitativo disponível para suprir uma demanda imediata de 5.000 litros de combustível.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 21453/23

FLS 52

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

1. A impugnante alega que *"é impossível que seja contratado sistema único que tenha todos os módulos integrados (gerenciamento e aquisição direta de combustível, por exemplo), dessa forma, a maneira correta seria fornecer uma licitação diferente para cada sistema"*.

Claramente, a impugnante demonstra desconhecimento sobre todas as soluções ofertadas no mercado de distribuição de combustível, ademais, a mesma sugere uma mudança no objeto de contratação, levando a administração a se moldar a sua forma de negócio, quando na verdade a jurisprudência, diz que é o licitante que deve se adequar as necessidades da administração pública, conforme parecer do TCE/PR:

"Fundamental esclarecer, que o tratamento isonômico a que se presta a licitação tem por objetivo assegurar a proposta mais adequada, com maior vantajosidade à Administração, e por consequência, à coletividade, e não atender a interesses particulares de um ou outro licitante. (grifo nosso)"

[<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2016/3/pdf/00290344.pdf>
f.]

Anexamos aos autos, relatório de abastecimento mensal do veículo GOL, PLACA LMQ 1B71, nele é possível ter acesso a todos os dados que a impugnante alega ser *"impossível que seja contratado"*, sendo esse tipo de sistema, fornecido pela atual contratada, sendo parte novamente da presente contratação.

Sendo assim, temos acesso a todos os relatórios gerenciais, de forma completa e em tempo real, o que norteia a administração municipal a tomada de decisões quanto ao abastecimento e gerenciamento da frota.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 21453/23
PLS 53
SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

A forma da presente contratação está implantada no município há pelo menos uma década, e nunca houve desabastecimento, tendo em vista que há planejamento para a presente contratação, resguardando a administração, tendo em vista a importância do objeto a ser contratado.

De forma complementar informo que a municipalidade licitou recentemente o serviço de rastreamento da frota, através do P.A. 21885/22, pregão 127/2023, e o mesmo encontra-se em fase de testes, sendo possível ser integrado ao atual sistema de gerenciamento de abastecimento, o que visa trazer maior assertividade da administração pública na tomada de decisões.

Quanto a alegação em relação a exigência do registro do profissional no Conselho de Química, a mesma se faz necessária, uma vez que a presente licitação tende a contratar diretamente com empresas que produzem e distribuem o combustível e não com postos de revenda venda final, o que encareceria a despesa com a operação da frota.

Conforme já relatado pela comissão de licitação às fls. 45, a impugnante já entrou com pedido similar em licitações anteriores tendo sido negado provimento, uma vez que a municipalidade no momento, entende que o modelo de negócio ofertado pela empresa PRIME, que ela nomeia como QUARTEIRIZAÇÃO, não atende de forma satisfatória o interesse da municipalidade, tão pouco se demonstra vantajoso, dentro das necessidades de abastecimento e peculiaridades das operações da frota municipal de veículos.

Sendo assim, entendemos pela manutenção de todo o descrito no edital e termo de referência, **NEGANDO** provimento ao presente pedido de impugnação.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



Processo: 21.453/2023

Requerente: Prime Consultoria e Assessoria Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 158 de 2023 - Processo Licitatório n. 1698/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 02/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 158 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10) com oferta de desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com oferta de fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda a frota de veículos oficiais para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 16 de agosto de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 26/42, a existência de diversas irregularidades, a saber: 1) dubiedade do objeto licitado; 2) exigências de serviços (gerenciamento e contratação direta); e 3) falta de exigência de capacidade técnica.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 43/46, afirma que a empresa impugnante desconsiderou o objeto da licitação e tenta apresentar o seu produto como solução que melhor se adequaria às necessidades da Administração, tentando novamente, após tentativas nos anos de 2021 e 2022 apresentar impugnação buscando a alteração do objeto visando adequar a licitação a sua prestação de serviços.

Por fim, encaminha o procedimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 27.3 do edital.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 49/53, afirma que o modelo proposto pela impugnante diverge e muito do que a municipalidade pretende contratar através da presente licitação, vez que sugere uma descentralização do abastecimento da frota, sendo ela a intermediadora entre o posto de combustível e a municipalidade. Assim, a municipalidade somente poderá abastecer em postos conveniados pela impugnante, o que poderá acarretar diversas consequências que poderão ferir os princípios da economicidade e eficiência.

Afirma, ainda, que não há discussão quanto a vantajosidade do atual contrato, que ainda oferta o sistema de controle de abastecimento de frotas, que a impugnante alega ser impossível de ser contratado, bem como o sistema de monitoramento eletrônico em tempo real do quantitativo de combustível estocado em cada um dos tanques aéreos e toda a manutenção do postos, bombas etc., por conta da atual contratada.

Quanto à alegação em relação a exigência do registro do profissional no Conselho de Química, afirma que se faz necessária, uma vez que a presente licitação tende a contratar diretamente com empresas que produzem e distribuem o combustível e não com postos de revenda final, o que encareceria a despesa com a operação da frota.



Por fim, acrescenta que a impugnante já entrou com pedido similar em licitações anteriores, tendo sido negado provimento, uma vez que o modelo de negócio ofertado pela impugnante, que ela nomeia como quarteirização, não atende de forma satisfatória o interesse da municipalidade, tampouco se demonstra vantajoso dentro das necessidades de abastecimento e peculiaridades das operações da frota municipal de veículos, concluindo pela manutenção de todo o descrito no edital e termo de referência, negando provimento ao pedido de impugnação.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 11/08/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 16/08/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 49/53, respondeu todos os pontos impugnados, negando provimento à impugnação.

No que tange à alegação da ausência de exigência de capacidade técnica, s.m.j., a impugnante confunde os institutos do registro da empresa na entidade profissional competente, da capacitação técnico-operacional e da capacitação técnico-profissional.



A Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme art. 30, inciso I, bem como a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inciso II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, §1º, inciso I.

No primeiro caso, ou seja, registro ou inscrição na entidade profissional competente (inciso I), cuja exigência foi prevista no item 18.4, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística afirma ser obrigatório o registro no Conselho Regional de Química das empresas que tenham atividades relacionadas à comércio atacadista que combustíveis e lubrificantes, nos termos da Resolução Normativa n. 122/1990, sendo de sua competência a definição dos requisitos técnicos necessários de acordo com o objeto licitado, conforme já narrado anteriormente.

Quanto à capacitação técnico-operacional (inciso II), a experiência a ser verificada é a da empresa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (inciso II). Tal exigência, que a impugnante alega não estar prevista no Edital, encontra-se disposta no item 18.1.

No tocante à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico (§1º, inc. I). Esta é a exigência prevista nos itens 18.5 e 18.6.

No mais, considerando que foram impugnadas apenas questões técnicas referentes ao objeto licitado, a análise não é de atribuição desta pasta jurídica.

Isto posto, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e providências cabíveis para a consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 16 de agosto de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

Comissão de Pregão I

Processo Administrativo de Impugnação nº: 21.453/2023

Impugnante: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Assunto: Impugnação – Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 158/2023 (Processo Licitatório nº 1.698/2023) AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – 2023.

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2023.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 158/2023.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

2.1 – A impugnante alega, em síntese, que a Modalidade Adotada em sua opinião o objeto licitado não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, princípios basilares da licitação pública.

2.2 - A segunda observação a empresa alega que o *sistema integrado a ser contratado deve possibilitar, o gerenciamento dos abastecimentos e contratação direta, sendo impossível aos licitantes atender tais requisitos, isto pois, o sistema para GERENCIAMENTO é incompatível com sistema de CONTRATAÇÃO DIRETA, de modo que não existe empresa no segmento de gerenciamento que possua sistema unificado.*

2.3 - A terceira observação se refere as exigências de serviços. Ondo a empresa tenta induzir o Município a Adotar o Modelo de quarteirização onde a empresa desconsidera o Posto de Combustível implantado na Subprefeitura de Conselheiro e oferece uma solução a partir de uma Rede de Postos Credenciada.

2.4 - O edital exige a apresentação de atestado de capacidade técnica do profissional com registro no Conselho de Química, A exigência de atestado serve para, sobretudo, resguardar a própria Administração no futuro, pois poderá contratar com



Comissão de Pregão I

empresa que não tem a capacidade de gerenciar um contrato de grande porte, como no presente caso, e não executar o contrato, acarreta prejuízos para a sociedade o que acaba corroborando com a violação do conceito básico da Administração Pública, a qual zela pelo bem-estar da coletividade conforme assegurado pelo princípio da supremacia do interesse público.

2.5 - Portanto, entende-se que para a requerente a melhor escolha, atualmente para esta Administração, seria optar pela contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota através de Rede Credenciada (quarteirização).

DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Por todo o exposto, requer se digne o i. pregoeiro (a) a JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO a proceder as seguintes alterações:

- i. Alterar o objeto licitado para Contratação de empresa especializada em sistema de gerenciamento de frota através Rede Credenciada, unificando o objeto do Pregão Eletrônico Nº 158/2023;
- ii. Excluir os itens que prevê a possibilidade de contratação direta junto com o sistema de gerenciamento;
- iii. Incluir no edital a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que não seja especificado com o registro do profissional do Conselho de Química;
- iv. Republicar os termos do edital reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Na improvável hipótese de indeferimento da impugnação apresentada, requer-se desde já cópias dos autos do processo licitatório, para salvaguarda dos direitos da Impugnante, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis (Mandado de Segurança), bem como

Comissão de Pregão I

para comunicação aos órgãos de fiscalização externos (Ministério Público e Tribunal de Contas).

DO MÉRITO

Cabe informar que a impugnante desconsiderou o Objeto dessa licitação e tenta apresentar o seu produto como solução que melhor se adequaria as necessidades da administração.

Conforme o termo de referência que traz a seguinte justificativa: "3.2 A presente aquisição de combustível possui o fito de atender as necessidades de abastecimento da frota municipal no exercício de 2023 no que concerne a regular distribuição de serviços de transporte, terraplanagem, obras em geral, entre outros serviços essenciais para o correto funcionamento dos órgãos municipais;

3.2.1 A adoção desses parâmetros se deve as mudanças na política de mercado de combustíveis, os quais vem apresentando variações constantes em seus preços;

3.2.2 A utilização de um percentual fixo de desconto sobre os preços apurados por um órgão oficial permite que a Administração Pública Municipal pague preços justos aos seus fornecedores, beneficiando-se ainda das menores variações que venham a ocorrer.

3.3 Os quantitativos para o próximo exercício foram baseados nas planilhas de consumo dos últimos 18 (dezoito) meses, além da previsão de aquisição de novos veículos leves, pesados, máquinas e tratores e da possibilidade de aumento de utilização de combustível para a fabricação de asfalto na usina de asfalto quente, uma vez que, a usina esteve em funcionamento no ano de 2022 e está com previsão de aumento de produção para o ano de 2023."

A empresa tenta novamente após as tentativas nos anos de 2021 e 2022, apresentar impugnação buscando a alteração do objeto visando adequar a licitação a sua prestação de

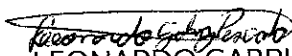
Comissão de Pregão I

serviços, sem considerar os princípios do interesse público, eficácia, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e principalmente economicidade.

DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 158/2023, e subsidiado pelo setor técnico responsável, que encaminhou parecer técnico às fls. 49 a 53, e no informado pela Procuradoria Geral do Município às fls. 54 a 56, no mérito, NEGO PROVIMENTO à alteração do edital em comento.

Nova Friburgo, 17 de agosto de 2023.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934